

RESENHAS

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Introdução: Alberto Venâncio Filho. Prefácio: Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, 318 páginas.

*Libertad Borges Bittencourt**

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) exerceu diversas atividades, dentre elas as de crítico literário, historiador, memorialista, biógrafo e jurista, tendo caracterizado sua produção bibliográfica pelo estilo erudito e a preocupação em se apoiar em vasta documentação. Suas obras mais conhecidas e que documentaram meio século de vida brasileira são *Um estadista da República* (1955), *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973) e *Alma do tempo* (1979).

O índio brasileiro e a Revolução Francesa foi publicado em 1937 e reeditado, sem modificações, em 1976. Com ambas as edições esgotadas, o livro, que se constitui numa análise preciosa sobre as origens, transformações e permanência dos mitos que os europeus construíram em relação ao Brasil, teve uma terceira edição em 2000, por ocasião da comemoração dos 500 anos do Brasil.

A década de 1930 foi pródiga em análises que buscavam redescobrir e repensar a nação. Esta obra de Afonso Arinos perscruta a influência social e popular do índio brasileiro dos séculos XVI ao XVIII, constituindo-se num marco da historiografia brasileira. O autor mostra como, a partir do Renascimento, com o individualismo materialista, o índio americano, plenamente integrado à natureza, começa a influenciar as idéias revolucionárias.

* Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás - UFG.

O processo que leva ao rompimento do “constrangimento social” imposto pelo soberano e do “constrangimento psicológico” imposto pela Igreja, é influenciado pela idéia de que havia homens que não estavam sujeitos a esses condicionamentos. A partir dessas idéias uma determinada concepção do estado natural se apodera da Europa.

A comparação entre o homem sujeito à lei da natureza e o homem degradado pela civilização ressalta a perfectibilidade daquele em relação a esse último. O Brasil, então “Terra dos papagaios”, torna-se a terra das “gentes felizes” que o habitavam. É nesse cenário que as viagens de índios à Europa, num primeiro momento, ampliam essa visão do paraíso.

Franco historiciza o encontro de Montaigne com três índios brasileiros, enfatizando como os filósofos do período, na impossibilidade de difundir abertamente suas idéias, em função da severa vigilância sobre temas políticos e religiosos, divulgavam suas concepções por meio das descrições de comunidades ideais. Essas comunidades eram ideais exatamente porque suas instituições eram opostas às que existiam na Europa, as quais esses filósofos consideravam injustas e corrompidas.

De Thomas Morus e sua obra *Utopia*, passando por Montaigne que afirmava ser a língua tupi parecida com o grego, chegando a Locke, Franco discorre sobre os aportes às idéias do homem natural que atingiriam seu ponto alto no século XVIII. Para o autor, este foi o século em que na França os escritores se tomaram reis e no qual a fantasia suplanta o espírito.

O ponto culminante é Rousseau e o século XVIII, em que a busca de um regime político-social perfeito dava o tom do debate para aqueles que dele podiam participar. O autor enfatiza, então, que apenas nesse período é que o Brasil, que continuava a ser visto como primitivo pelos europeus, é substituído, nas análises, por outra parte da América, os Estados Unidos.

No entanto, segundo ele, a tese da bondade natural, em Rousseau, foi muito influenciada pelas imagens anteriormente construídas sobre o índio brasileiro. Para Franco, “o rousseauísmo foi mais que uma escola, foi um estado de espírito coletivo, uma concepção de mundo” e, sob a influência de suas idéias, a Revolução de 1848 se constituiu no “epílogo e coroamento da influência direta de Jean-Jacques Rousseau”,

embora os revolucionários visualizassem a Idade do Ouro no futuro e não no passado (p. 307). O autor conclui este livro, ressaltando o seguinte:

esperamos ter trazido documentação apreciável para o estudo de doutrinas predominantes no período incipiente da democracia aplicada e na fase crepuscular do socialismo utópico. Interessou-nos principalmente a participação do Brasil nesse processo. Quisemos, com o esclarecimento de tal participação, prestar também uma contribuição cultural brasileira ao estudo de algumas idéias que correram o mundo. (p. 310)

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro trata das lendas do bom e do mau selvagem em que o autor refaz a trajetória das lendas primitivas retomadas das tradições gregas pelos romanos, que as transmitiram aos seus sucessores da Idade Média e da Renascença, e da sua transformação ao longo da história. Homens monstruosos, cíclopes, seres fantásticos passaram a se localizar na Índia, país vasto e misterioso, possibilitando se tornarem críveis afirmações sujeitas a confirmação em regiões mais conhecidas.

As lendas primitivamente fixadas na Índia passaram a ser gradativamente transportadas para o Brasil pelos cronistas. Até mesmo as formosas mulheres guerreiras passaram dos textos gregos e romanos para as páginas recheadas de aventuras dos viajantes posteriores aos descobrimentos. As belas filhas e sacerdotisas da lua, as amazonas, foram localizadas no Brasil. Até mesmo o termo canibais, associado à África ou à Índia, passou a designar habitualmente os índios da terra do Brasil.

Neste capítulo, Afonso Arinos analisa, ainda, os depoimentos dos viajantes do século XVI e XVII. Desde 1507 a vida natural do índio era exposta através de vários textos: a *Carta do piloto anônimo* que traduzida para o latim correu o mundo, tendo sido incluída na coletânea *Navegações e viagens* de Ramúsio, uma das coleções do gênero mais conhecida no período; a famosa carta de Américo Vespúcio, *Mundus novus*, que narrava a expedição de 1499, despertando o interesse e a curiosidade dos europeus a respeito do índio brasileiro.

O capítulo segundo narra as viagens de índios brasileiros à Europa. Os índios eram levados à Europa como simples curiosidade da terra ou como escravos (os portugueses costumavam escravizar os

naturais das terras conquistadas) ou como prova dos progressos da conquista. A famosa festa brasileira de Rouen, em 1550, marcou a recepção ao rei Henrique II e sua esposa Catarina de Médicis, que percorriam a Normandia e presenciaram o pitoresco espetáculo sobre a vida dos habitantes do chamado Novo Mundo. Não foram escolhidos representantes dos aztecas ou dos incas, considerados mais civilizados, e sim dos índios brasileiros, representantes do verdadeiro estado natural.

Cerca de cinquenta índios, segundo Franco, dentre os trezentos figurantes, eram apresentados como sendo tabajaras e tupinambás e apresentavam combates simulados totalmente nus. Foram vistos pelas mais altas personalidades francesas e estrangeiras que se encontravam naquele momento na França. Outro célebre encontro ocorreu em 1562 entre três índios tupinambás e Montaigne, que escreveu sobre esse encontro em seus *Ensaíos*.

O capítulo terceiro discute a influência social e popular do índio brasileiro nos séculos XVI e XVII, a partir de pesquisas históricas e literárias. Essa influência do índio, sobretudo na França, deveu-se, segundo Afonso Arinos, à sua presença contínua nas cidades da Europa, principalmente nos portos marítimos, e ao intenso intercâmbio de comerciantes de portos de grande importância com regiões da costa brasileira. Há inclusive documentos arquitetônicos que revelam essa influência, como os existentes no interior da igreja de S. Jacques, em Dieppe, um baixo-relevo com figuras de vários índios brasileiros.

Palavras, alimentos, bichos, frutas, flores e gentes passaram a ser retratados em obras de brasileiros muito disputadas na França e, algumas delas, presenteadas por Maurício de Nassau ao rei da França, Luís XIX, e ao rei da Dinamarca, Frederico III. Objetos de enfeite, armas e utensílios eram encontrados em casas particulares da França. Montaigne, que possuía vários desses objetos, segundo Franco, mostra o quanto eles eram populares em castelos e residências daquele período, chegando a influir na moda européia

O capítulo quarto trata das idéias do século XVI. Franco enfatiza que, no Renascimento, “a revelação experimental dos segredos da natureza visível, e de muitas das suas forças invisíveis, estourou a redoma teológica e escolástica que envolvia a ciência e o pensamento político, o que impedia o seu contato direto com a atmosfera objetiva da realidade exterior” (p. 127). Segundo Franco, os humanistas, compreendidos neste

livro num sentido mais amplo, de grandes espíritos do século XVI, aparentados mais pelas tendências filosóficas revolucionárias, foram “apaixonados” leitores dos livros de viagens e o confessam nas suas obras. Erasmo, Thomas Morus, Rabelais, Campanella, Montaigne, com a liberdade vigiada do período, faziam descrições de comunidades ideais, reinos de venturas na terra.

A segunda parte do capítulo analisa *O elogio da loucura*, de Erasmo, que não se refere diretamente ao Brasil; *A utopia*, de Thomas Morus, que trata das narrativas de um português que teria sido companheiro de Américo Vespúcio e, guarnecendo um fortim, ou feitoria, teria ficado numa localização que, de acordo com a identificação primitiva feita por Humboldt e confirmada depois por Varnhagen, corresponde a Cabo Frio, no Brasil.

Num século marcado por idéias revolucionárias, essas obras, agregadas às de Rabelais e de alguns poetas, analisadas por Franco, aumentariam a atração pela vida dos índios brasileiros, sobretudo na França. O capítulo é encerrado com um tópico sobre Montaigne e o espírito revolucionário, que comparava os selvagens aos frutos silvestres e os civilizados aos frutos cultivados. “Estes últimos é que deviam ser chamados bárbaros porque as suas verdadeiras qualidades naturais foram abastardadas pelas incomodações exigidas pelo nosso gosto corrupto” (p. 175). Além do ensaio sobre os canibais, são frequentes as referências ao homem natural do Brasil, na obra de Montaigne.

O capítulo quinto analisa o índio brasileiro e as idéias do século XVII, abundantes em utopias na França, um século depois de Thomas Morus e sua obra original. Franco, neste tópico, analisa *A tempestade*, de Shakespeare, que não concorda com a presunção humanista da inocência e da bondade natural dos selvagens da América. Calibã e sua forma monstruosa, síntese de vários tipos lendários do homem americano, abriga uma alma grosseira e torpe. Franco passa por diversos autores e concentra sua análise em Locke, afirmando que esse autor, ao falar do homem natural americano, parece referir-se, também, ao índio brasileiro.

O capítulo sexto, focalizando as idéias do século XVIII, analisa com rigor e método a origem e a trajetória da teoria da bondade natural. “O século dezoito completou o trabalho cautelosamente iniciado. Partindo da natureza concebida como uma ordem abstrata, criou o homem abstrato e o divinizou. Voltar à natureza, reintegrar-se no seu convívio purificador,

haurir nas suas leis ensinamentos que conduzissem à reforma da civilização, eis a tese romântica” (p. 235), que seria modificada em sua aplicação pelo sentido revolucionário.

A análise de Franco sobre o período centra-se em Lafitau, Raynal, Montesquieu, Voltaire, Diderot e a Enciclopédia, chegando a Rousseau. O autor destaca que a preocupação de observar todas as instituições políticas, a fim de formar um regime político-social perfeito, foi dominante no século XVIII. O Brasil continuava a ser um país primitivo e idílico aos olhos europeus, mas o progresso material, que deveria ser buscado a qualquer preço, desloca o interesse para os Estados Unidos, principalmente depois da sua Independência. O índio brasileiro perdia então seu espaço nas reflexões filosóficas.

A idéia de Natureza em Rousseau foi considerada confusa pelos seus críticos, segundo Franco, em razão de referir-se a necessidades psicológicas freqüentemente informes e confusas, resultado do “estado mórbido de impotência e inadaptação” de Rousseau. *O contrato social* e o *Emílio*, apesar das críticas de autores como Voltaire, impregnaram as discussões da época. A obra *Emílio* influenciou Babeuf, que defendia seus ensinamentos, e para marcar o culto respeitoso da Revolução pelo seu maior filósofo, procedeu-se ao traslado dos restos mortais de Rousseau ao Pantheon Nacional, jazigo que a pátria reservou aos grandes homens.

A Revolução de 1848 foi, segundo Franco, o epílogo e o coroamento da influência direta de Rousseau. Segundo o autor, “os teóricos e os intelectuais desse episódio histórico, os Cabet, os Louis Blanc e mesmo Proudhon (este, apesar das injúrias que assacava contra o “cidadão de Genebra”) são, sob certo aspecto, verdadeiros continuadores do rousseauísmo, na medida em que participavam da crença na bondade natural do homem” (p. 307).

Apesar de relegada ao ostracismo no Brasil e pouco divulgada, a visão de Afonso Arinos é inovadora. Pensar a influência das representações construídas na Europa acerca do índio brasileiro, no período em que foi visto como o *bom selvagem*, como base para as teorias do homem natural, contrapõe-se a algumas teses, como as de Varnhagen, que minimizam a história indígena, mas obtiveram maior divulgação no nosso país.

A tese de Franco não fez escola no Brasil, possivelmente porque não foi publicada no exterior, em especial na França, vitrine das novidades intelectuais da época. Por outro lado, porque veio a público num período em que Gilberto Freyre era aclamado pela publicação de *Casa grande & senzala*, com uma concepção que inovava os estudos sociais no país, causando forte impacto nos estudos da área.

Recentemente, a obra *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* vem sendo retomada pela historiografia. Apesar de sua grande erudição, é possível sua compreensão mesmo por parte do leitor não familiarizado com a temática. A utopia do novo mundo, a idealização do nosso índio, as crônicas dos viajantes e obras de autores importantes são temas analisados nesse livro, num encadeamento cheio de imaginação. Na verdade ele se constitui num ensaio histórico comparado que permanece atual, o que caracteriza as obras consideradas clássicas.